

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,**  
 A Administração da Rio Grande Energia S.A. (RGE), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submeteu à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras, os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal e o Relatório da Administração concernentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004.  
 O ano que se encerrou foi positivamente marcado pela valorização da moeda nacional, pelo crescimento da indústria e das exportações do Rio Grande do Sul e pelo aumento do consumo de energia em escala nacional. Nesse cenário, a RGE esteve mais uma vez à frente dos acontecimentos, garantindo o pleno fornecimento de energia elétrica em sua área de concessão. Para tanto, realizou obras de ampliação da capacidade instalada das subestações distribuidoras, das linhas de transmissão, das redes de distribuição e do número de consumidores atendidos. Investiu, ainda, em projetos de melhoria contínua nas áreas de segurança, tecnologia e recursos humanos. Além disso, intensificou o relacionamento com seus clientes, otimizando os processos de atendimento, criando mais facilidades de acesso e desenvolvendo uma comunicação direta, objetiva e personalizada.  
 Em consequência da qualidade da prestação de seu serviço e de sua presença no mercado no qual atua, a RGE conquistou, pelo segundo ano consecutivo, o Prêmio Abradee de Melhor Avaliação pelo Cliente no Brasil.

### CONJUNTURA ECONÔMICA

No ano de 2004 a economia brasileira mostrou avanços, recuperando o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no patamar de 5,2%, o maior desde 1994. A pesquisa de Indicadores Industriais, realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), revelou o crescimento do setor em 2004, sendo que: as horas trabalhadas na produção cresceram em 6,2%, as vendas reais em 14,3%, o número de empregados em 3,5% e a massa de salários pagos em 9,0% – a capacidade instalada foi de 83,1% em dezembro. Este forte crescimento também foi refletido no índice de crescimento da produção industrial brasileira, levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que foi de 8,3% em relação a 2003. A expansão do emprego e da renda refletiu-se em maior confiança do consumidor. De um modo geral, o mercado formal de trabalho apresentou um bom resultado em 2004, 39,9% do ranking do país. Nos três setores que compõem a economia – indústria, agropecuária e desempenho em 2004 foi de 11,5%, tendo recuado em relação aos 12,3% de 2003, e chegou no mês de dezembro de 2004 a 9,6%, de acordo com o IBGE.  
 Com relação à inflação, a variação acumulada no ano de 2004 do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) atingiu 12,4%. Já o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou o ano com variação de 7,6%, acima da meta estipulada em 5,5%; isto fez com que o Banco Central optasse por uma política monetária mais rígida, aumentando a taxa básica de juros, que encerrou o ano em 17,75%.

Apesar disso, o Real apresentou uma valorização de aproximadamente 8,0% em relação ao Dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2004, o câmbio estava cotado em R\$ 2,66 – abaixo dos R\$ 2,89 registrados em 31 de dezembro de 2003. Mesmo com essa valorização, o saldo da balança comercial brasileira em 2004 foi de US\$ 33,7 bilhões. Friesz on Bond (FOB), o que significa um crescimento em relação a 2003, quando ficou em US\$ 24,8 bilhões FOB, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. O balanço de pagamentos também mostrou boa performance, fazendo com que as reservas cambiais líquidas no Banco Central atingissem US\$ 25,5 bilhões em US\$ 20,5 bilhões no ano anterior.  
 Quanto à área fiscal, o Governo brasileiro atingiu com folga a meta de superávit primário, que era de 4,25% do PIB e aumentou para 4,5%. Com isso, contribuiu para que a relação dívida/PIB fosse a menor dos últimos dez anos, fechando dezembro de 2004 com 51,8%.

No Rio Grande do Sul as estimativas da Fundação de Economia e Estatísticas (FEE) apontam para um crescimento do PIB de 3,6%, atingindo o valor de US\$ 52,8 bilhões, o quarto no ranking do país. Nos três setores que compõem a economia – indústria, agropecuária e serviços – o destaque foi para a indústria, com participação de 41,0% no desempenho da economia do Estado, com crescimento de 6,6%. Em 2004, o bom desempenho do setor industrial refletiu a expansão da indústria de transformação, cujo crescimento foi de 7,7%. Os segmentos industriais com resultados mais expressivos foram: fumo, veículos, máquinas e equipamentos, metalurgia básica, mobiliário, produtos de metal, borracha e plástico. Segundo a Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERSGS) a expansão do setor industrial teve como base o crescimento das exportações e a recuperação do mercado interno.

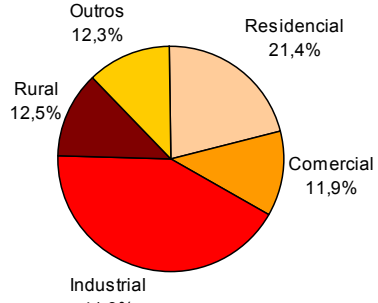
A agropecuária, com participação de 18% na economia, fecha o ano com redução de 1,3% em comparação com o resultado de 2003. Mesmo os acréscimos nas safras de fumo e arroz, não foram suficientes para compensar as perdas nas culturas de soja e trigo. As exportações no Rio Grande do Sul cresceram 23,3% em 2004 somando divisas da ordem de US\$ 9,9 bilhões, ocupando a terceira posição no país e ultrapassando os US\$ 8 bilhões registrados em 2003. As importações do Estado alcançaram US\$ 5,3 bilhões em 2004, assim o saldo comercial gerado foi de US\$ 4,6 bilhões, o terceiro maior do país atrás apenas de Minas Gerais e Paraná. As categorias que mais se destacaram nas importações gaúchas foram as matérias-primas e os combustíveis e lubrificantes, segundo a FIERSGS.

### MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em 2004, o consumo nacional de energia elétrica obteve um crescimento de 4,8% em relação a 2003, segundo estimativas da Companhia Elétrica Brasileira S.A. (Eletrosul). Nesse ano a RGE registrou seu melhor desempenho desde o ano 2000, com um crescimento de 5,3% do consumo em sua área de concessão – o equivalente a 6.717 GWh de energia distribuída. Houve um incremento de 20 mil ligações efetuadas no ano, totalizando 1.072.284 unidades consumidoras atendidas.

A Classe Residencial foi responsável por 21,4% do consumo total e 32,2% do faturamento faturado – o consumo teve um aumento de 1,3% no acumulado de 2004, em comparação com o ano anterior. Foram atendidas 805.276 unidades residenciais, sendo 584.992 unidades na tensão convencional e 220.284 unidades classificadas como Baixa Tensão. No total, a RGE distribuiu 1.437 GWh para clientes residenciais. O consumo residencial teve um acréscimo de 3,0% em 2004, enquanto o consumo Baixa Tensão recuou 9,9%, representando 13,0% do total da Classe Residencial em 2004, frente a 14,0% em 2003.

### Representatividade do Consumo RGE 2004



A RGE registrou um crescimento histórico na Classe Industrial, com a venda de 2.813 GWh para 30.152 unidades consumidoras – a Empresa distribuiu energia elétrica para 38,0% dos estabelecimentos industriais do Estado. Trata-se da classe com o melhor resultado de 2004: a taxa de crescimento no consumo foi de 9,7% em relação a 2003. Observando-se o consumo por ramo de atividade, a Classe Industrial destaca a expansão de quatro segmentos, em comparação com o ano anterior: Borracha e Plásticos, com 17,3% de acréscimo no consumo; Mobiliário, com 14,6%; Metalurgia, com 12,5%; Veículos e Transportes, com 11,6%. Esse excelente resultado é reflexo do desempenho industrial do Rio Grande do Sul, verificado ao longo do ano. A indústria de Alimentos e Bebidas, que apresenta a maior participação na Classe Industrial (22,1%), teve um crescimento de 6,4% no consumo de energia elétrica em 2004. A energia empresarial vendida aos consumidores de Alta Tensão da RGE totalizou 73,8 GWh em 2004, significando um crescimento de 106,6% em relação a 2003 e uma receita total de R\$ 18.470 mil.

O desempenho do consumo da Classe Comercial em 2004 foi 4,6% acima do realizado em 2003. A RGE distribuiu 901 GWh de energia para 93.873 unidades consumidoras. A Classe Rural registrou um incremento de 3,5% no consumo de energia elétrica em 2004, o equivalente a 838 GWh para 131.300 unidades consumidoras. A Subclasse Rural Atividades apresentou o melhor desempenho, com aumento de 8,3% no consumo. Já as Cooperativas de eletrificação rural, reduziram o consumo em 1,2%, em consequência do início da operação de suas Pequenas Centrais Hidroelétricas (PCH).

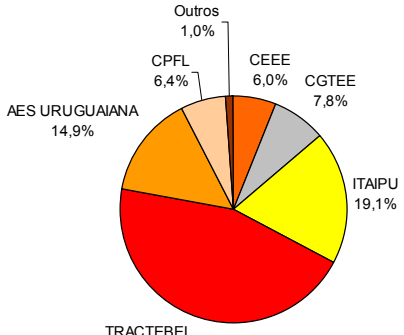
### Tarifas e Comercialização

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) determinou um índice médio de reajuste anual de 14,4% sobre as contas emitidas pela RGE a partir do dia 19 de abril de 2004. Desta reajuste, 8,3% resultam da elevação dos encargos do setor elétrico e do custo de aquisição de energia, custos estes que não são gerenciados pelas distribuidoras, a chamada Parcela

A, os itens correspondentes aos custos operacionais da RGE, Parcela B, onde estão incluídos os dispêndios para manutenção e operação da Empresa, tiveram uma correção de 1,4%, abaixo da inflação acumulada nos últimos 12 meses medida pelo IGP-M, 0,9% decorre do fechamento em definitivo da Revisão Tarifária da RGE em abril/04 e 5,6% refere-se aos encargos financeiros de 2004 e a custos repressados em 2003 que somente no reajuste de 2004 foram repassados à tarifa.

Os índices de reajuste tarifário por classe de consumo foram de 10,4% para consumidores de Baixa Tensão; 25,2% para consumidores industriais do Grupo A1; 23,1% para o Grupo A3; e 20,8% para o Grupo A4.  
 Em julho de 2004 se encerrou a vigência da Reconposição Tarifária Extraordinária (RTE). A RTE vinha sendo cobrada desde abril de 2003, em cumprimento à legislação, para compensar as perdas da RGE com a variação de itens da Parcela A entre janeiro e outubro de 2001. Concluída a recuperação das diferenças de custos desses itens, os consumidores tiveram a redução tarifária correspondente: 2,9% para as Classes Residencial, Rural e Iluminação Pública; e 7,9% para as Classes Industrial e Comercial.  
 Em 2004, a RGE aditiu o contrato de longo prazo com a AES Uruguaiana, visando à adequação às regras do Programa Prioritário de Tarifabilidade (PPT), do qual esta passou a fazer parte. Os valores foram reavaliados e a data de reajuste, que se torna anual, foi conciliada com a data do reajuste das tarifas da RGE aos seus consumidores finais.

### Contratos de Energia 2004 (GWh)

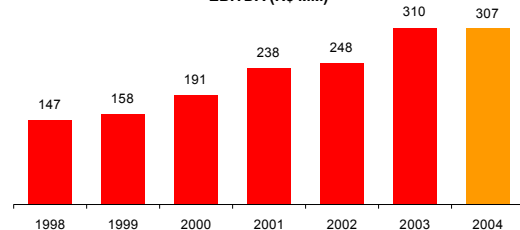


De acordo com a legislação atual do setor elétrico, a RGE cumpriu, em 2004, a segunda etapa da descontração dos contratos iniciais, processo que começou em 2003. Houve mais um degraú de descontração de 25,0% dos contratos com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e a Tractebel, além de 10,0% do contrato com a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE). Isso representa 1.039 GWh de energia elétrica, que foram substituídos pelos contratos de longo prazo com a Tractebel Energia e a CPFL Brasil. Por fim, em novembro de 2004 o Governo Federal reconheceu as perdas tarifárias referentes a descontração dos montantes de energia dos contratos iniciais através da Portaria Interministerial Nº 361, cujos efeitos estão contabilizados a partir da publicação desta Portaria.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO

A RGE registrou receita bruta consolidada de R\$ 1.908.764 mil no ano de 2004, 20,0% superior a 2003. O resultado do serviço consolidado foi de R\$ 213.875 mil, frente aos R\$ 128.723 mil do ano anterior. O resultado operacional gerencial consolidado antes da dedução dos impostos, depreciação, amortização e juros (EBITDA) sofreu uma redução de 0,8% em relação ao período anterior, atingindo R\$ 307.407 mil em 2004. Contribuiu para essa redução o reconhecimento, por parte do Governo Federal, das perdas tarifárias com a recontração dos contratos iniciais somente a partir de novembro de 2004.

### EBITDA (R\$ MM)



Em 2004 a RGE reverteu o cenário de prejuízo dos últimos cinco exercícios, fechando o ano com um lucro de R\$ 30.752 mil ou R\$ 0,04 por ação, contra um prejuízo de R\$ 23.158 mil ou R\$ 0,03 por ação em 2003. Esse resultado se deveu ao prolongamento da curva de amortização do ágio, decorrente da homologação por parte da Aneel, da incorporação da DOC 3 Participações pela RGE e do desempenho positivo do resultado operacional e financeiro da Empresa.

Durante o ano a Empresa captou junto a instituições financeiras linhas de financiamento de longo prazo no montante de R\$ 240.374 mil para atender o seu Plano Financeiro de 2004.

### REGULATÓRIO

Durante 2004 a RGE manteve entendimentos com a Aneel e encaminhou a adequação da Empresa às exigências das seguintes Resoluções: 057/2004, que regulamenta o serviço de atendimento; 061/2004, sobre o ressarcimento de danos em equipamentos elétricos; e 063/2004, sobre penalidades, entre outras.

No mês de julho, a Aneel determinou, por meio da Resolução Homologatória 166/2004, a aprovação da incorporação da DOC 3 Participações S.A. pela RGE, e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) manifestou concordância com os termos apresentados na referida resolução.

### GOVERNANÇA CORPORATIVA

Para proporcionar aos Acionistas, Diretores, Gestores, Colaboradores, Parceiros e Clientes o máximo de confiabilidade em suas operações e a garantia de que a Empresa prima pela transparência, a RGE estabeleceu mecanismos de gestão dos processos, monitoramento contínuo de riscos e avaliação de controles internos, com o objetivo de definir medidas para evitar que riscos se transformem em perdas corporativas.  
 Através da adoção das melhores práticas de Governança Corporativa, a RGE continuou, em 2004, a adequação aos padrões definidos pela Lei Sarbanes-Oxley, Criada nos Estados Unidos e em vigor desde 2002, a Lei estabelece regras para a boa governança corporativa, ressaltando o gerenciamento de riscos, o controle interno, a transparência e a prestação de contas. A RGE estruturou seus processos de forma a operar todas as atividades, sejam elas corporativas ou técnicas, sistêmicas e ordenadamente. Dessa forma, garante a Acionistas, bancos, seguradoras, agentes reguladores, CVM, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e demais agentes de mercado que mantêm adequado controle sobre seus processos, divulgando e garantindo o acesso a seus números e informações do seu plano estratégico.

Em 2004 também foi estruturado o Plano de Emergência RGE, que define como a Empresa deverá agir em casos de emergência, adequando a gestão para evitar a interrupção das operações e para que haja o mínimo de perdas.

Os Conselhos de Administração e Fiscal têm um papel fundamental no processo de Governança da RGE. As reuniões do Conselho Fiscal são mensais, cuja pauta contempla a discussão de assuntos ligados à gestão de riscos e controles, a análise das atas de decisões de Diretoria e do Conselho de Administração, informações financeiras e assuntos que interfiram no resultado da Empresa. O resultado dessas reuniões é formalmente reportado ao Conselho de Administração que, por meio de comitês, avalia técnica e financeiramente se determinados assuntos devem ser submetidos à apreciação daquele Colegiado.

A interação dos Conselhos Fiscal e de Administração com as atividades da Empresa torna mais dinâmica a avaliação e a aprovação das informações e, consequentemente, traz maior segurança quanto aos resultados trimestrais, demonstrações financeiras e o Relatório da Administração divulgados.  
 Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, comunicamos que a PricewaterhouseCoopers, durante o exercício de 2004, somente prestou serviços de auditoria externa.

### INVESTIMENTOS E OBRAS

Os investimentos da RGE no Rio Grande do Sul somaram R\$ 98.022 mil em 2004, um valor 57,0% superior ao ano anterior. A maior parte desses investimentos foi destinada à ampliação, adequação e manutenção de instalações de subestações, linhas de transmissão, redes de distribuição e obras do Plano de Universalização de Energia Elétrica, entre outras.  
 As obras executadas ao longo do ano permitiram um incremento nas linhas de transmissão, passando de um total de 1.581 km em 2003 para 1.616 km em 2004. A rede de distribuição teve uma evolução da expansão de 62.948 km em 2003 para 63.526 km em 2004. A Empresa encerrou o ano com 1.054.952 postes, 52.738 transformadores de distribuição e 60 subestações, sendo uma móvel.

A capacidade instalada em subestações, sem considerar a subestação móvel, evoluiu de 1.389 Mega Volt Ampere (MVA) em 2003 para 1.417 MVA em 2004, representando um acréscimo de 28 MVA. Também no ano passado, a carga própria da RGE apresentou um crescimento de 6,4% em relação ao ano anterior. A potência instalada pela Empresa, em conjunto com os contratos de energia firmados com seus supridores, permite atender ao crescimento do mercado previsto para os próximos anos. De 1998 a 2004, a capacidade instalada da RGE aumentou 63,2%, enquanto a demanda cresceu 16,0%.

**Complexo de Obras Não-Me-Toque:** No dia 28 de julho de 2004, a RGE inaugurou a primeira etapa do Complexo de Obras Não-Me-Toque, proporcionando melhorias no sistema elétrico da região do Alto Jacuí. Foram investidos mais de R\$ 6.500 mil nas obras, que incluíam a reforma e adequação das Subestações de Não-Me-Toque e Ibirubá, o reconstrutoramento da linha de transmissão 44KV Santa Marta-Ernestina-Não-Me-Toque e a construção de 46,5 km da linha de transmissão 69 KV Não-Me-Toque -Ibirubá. O projeto já beneficiou cerca de 15 mil unidades consumidoras.

**Ampliação da Subestação Passo Fundo 1:** A RGE investiu R\$ 494 mil em obras de melhoria da Subestação Passo Fundo 1, com a adequação do módulo de entrada da linha de transmissão 138 KV e instalação de sistema de supervisão e telecontrole.

**Ampliação e melhoria da Subestação da Usina Hidroelétrica de Passo Fundo (Eletrosul):** A capacidade da Subestação de Conexão com a Rede Básica foi ampliada em 84 MVA, com a instalação, pela Eletrosul, de um segundo banco de transformadores de 230/138 KV, aumentando assim a confiabilidade do sistema. A obra foi finalizada em dezembro de 2004, beneficiando cerca de 80 mil unidades consumidoras da região de Erechim. Nesta mesma Subestação, a RGE investiu R\$ 417 mil com a implantação do sistema de supervisão e telecontrole no setor de 23 KV.

**Universalização da Energia Elétrica e Luz Para Todos:** Com a obra realizada na localidade de Linha Tunas Baixas, Distrito de Vila Útil, em Caxias do Sul, a RGE tornou-se pioneira no Programa Luz Para Todos no Rio Grande do Sul. Cerca de 20 famílias foram beneficiadas com a chegada da energia elétrica nesta localidade, em outubro. Em dezembro, foram inauguradas as obras do Luz Para Todos no município de Tupacirati, com a presença da Ministra de Minas e Energia. Neste município, os investimentos somaram mais de R\$ 80 mil e atenderam 19 famílias de agricultores do assentamento Nova Várzea. O Programa Luz Para Todos foi instituído pelo Governo Federal, com a finalidade de promover a inclusão energética de 300 mil pessoas somente no Rio Grande do Sul, até 2006. Na área de concessão da RGE, o programa está orçado em R\$ 16.513 mil, valor a ser partilhado entre a Empresa e o Governo Federal.

A Empresa também iniciou, em fevereiro de 2004, a campanha de divulgação do Plano de Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica com o objetivo de estimular o cadastramento das residências que ainda não têm energia elétrica. De acordo com o Plano de Universalização, as novas ligações em baixa tensão até 50 KV de carga instalada devem ser custeadas totalmente pelas distribuidoras de energia elétrica.

Durante o ano de 2004, a RGE realizou 2.085 obras dentro do Plano de Universalização e do Luz Para Todos, beneficiando 6.497 unidades consumidoras com um investimento de R\$ 11.939 mil.

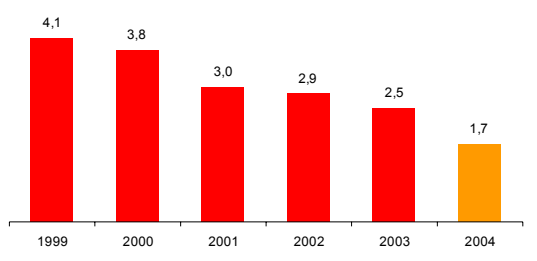
**Programa de Eficiência Energética:** Em 2004, a RGE substituiu lâmpadas e equipamentos convencionais por tecnologias mais eficientes em 8.902 pontos de iluminação pública de cinco municípios gaúchos, como parte do seu Programa de Eficiência Energética (PEE). O investimento gerou uma economia de 2.012,73 MWh/ano e 615,4 kW de demanda elétrica.

**Pesquisa & Desenvolvimento:** Dando continuidade ao Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&D), a RGE concluiu o Ciclo 2002/2003, que incluiu onze projetos e um investimento, em 2004, de R\$ 2.400 mil, além de aprovar e iniciar dez projetos para o Ciclo 2003/2004. O P&D tem o objetivo de fomentar a pesquisa em atividades relacionadas ao setor elétrico e aprimorar as tecnologias e processos utilizados atualmente.

### DESEMPENHO OPERACIONAL

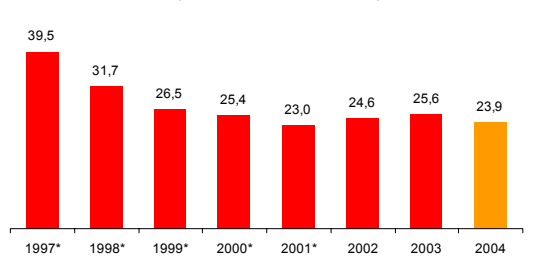
Em 2004, a RGE apresentou uma melhoria expressiva no índice de Qualidade do Faturamento (QF). A Empresa encerrou o ano com um QF de 1,7, contas anuladas a cada 10 mil contas emitidas – excluindo-se cobranças de terceiros –, quando o contrato de concessão permite que a Empresa tenha até 7 anulamentos a cada 10 mil contas emitidas. Propiciaram para essa melhoria os programas de treinamento da RGE voltados a leiluitistas e entregadores e a eficiência dos processos de cadastro e faturamento. Os investimentos realizados pela Empresa na área de Leitura e Entrega, destacando-se a renovação total da frota de motocicletas utilizadas nessas atividades, e a continuidade do projeto Ranking das Bases de Leitura e Entrega, iniciado em 2003, visaram à melhoria contínua dos indicadores operacionais e de segurança.

### QF - Qualidade do Faturamento



Em 2004, a Duração Equivalente de Interrupção por Cliente (DEC) apresentou uma queda de 25,6 horas em 2003 para 23,9 horas em 2004. Da mesma forma, a Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente (FEC) manteve a tendência de melhoria em relação a 2003, reduzindo-se de 15,5 para 15,0 vezes. O Tempo Médio de Atendimento (TMA) de interrupções também diminuiu de 171 minutos em 2003 para 162 minutos em 2004.

### DEC - Duração Equivalente de Interrupções (H)



\* Valores ajustados conforme entendimentos com a Aneel

## BALANÇO SOCIAL

Em milhares de reais	2004			2003		
<b>1 - Bases de cálculo</b>	R\$		R\$	R\$		R\$
Receita líquida (RL)	1.356.449		1.169.121			
Resultado operacional (RO)	114.696		(27.771)			
Folha de pagamento bruta (FPB)	38.157		33.773			
<b>2 - Indicadores sociais internos</b>	R\$	% sobre FPB	% sobre RL	R\$	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	4.456	11,7%	0,3%	3.944	11,7%	0,3%
Encargos sociais compulsórios	14.074	36,9%	1,0%	12.311	36,5%	1,1%
Previdência privada	4.854	12,7%	0,4%	7.170	21,2%	0,6%
Saúde	1.038	2,7%	0,1%	828	2,5%	0,1%
Segurança e medicina no trabalho	1.016	2,7%	0,1%	856	2,5%	0,1%
Educação	26	0,1%	0,0%	29	0,1%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	937	2,5%	0,1%	442	1,3%	0,0%
Creches / auxílio creche	117	0,3%	0,0%	106	0,3%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	5.407	14,2%	0,4%	2.643	7,8%	0,2%
Outros	871	2,3%	0,1%	623	1,8%	0,1%
<b>Total - Indicadores sociais internos</b>	<b>32.796</b>	<b>86,0%</b>	<b>2,4%</b>	<b>28.952</b>	<b>85,7%</b>	<b>2,5%</b>
<b>3 - Indicadores Sociais Externos</b>	R\$	% sobre RO	% sobre RL	R\$	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos na cidadania - educação e cultura	1.766	1,5%	0,1%	815	2,9%	0,1%
Tributos (excluídos encargos sociais)	510.193	444,8%	37,6%	382.757	-1.378,3%	32,7%
<b>Total - Indicadores sociais externos</b>	<b>511.959</b>	<b>446,4%</b>	<b>37,7%</b>	<b>383.572</b>	<b>-1.381,2%</b>	<b>32,8%</b>
<b>4 - Indicadores ambientais</b>	R\$	% sobre RO	% sobre RL	R\$	% sobre RO	% sobre RL
Programa de gestão ambiental	209	0,2%	0,0%	167	-0,6%	0,0%
Programa de desenvolvimento tecnológico e industrial	93	0,1%	0,0%	94	-0,3%	0,0%
<b>Total - Indicadores ambientais</b>	<b>302</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,0%</b>	<b>261</b>	<b>-0,9%</b>	<b>0,0%</b>
<b>5 - Indicadores do corpo funcional</b>						
Nº de empregados(as) ao final do período	1.407		1.318			
Nº de admissões durante o período	262		144			
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1.101		952			
Nº de estagiários(as)	42		41			
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	119		113			
Nº de mulheres que trabalham na empresa	296		162			
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	16,0%		16,0%			
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	50*		65			
<b>6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial</b>						
Valor adicionado total a distribuir	874.699		716.472			
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)						
7						



**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003**  
 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
<b>A T I V O</b>				
<b>Circulante</b>				
Número disponível	23.223	22.134	23.227	22.165
Aplicações financeiras	5.663	9.449	5.663	9.449
Consumidores e revendedores	307.881	286.232	307.881	286.232
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.401)	(22.458)	(10.401)	(22.458)
Tributos a compensar	6.023	8.722	6.023	8.722
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33.934	7.912	36.808	9.942
Estoque	17.544	9.702	17.544	9.702
Diferimento de custos tarifários	4.376	3.613	4.376	3.613
Diferimento de custos tarifários	67.686	79.762	67.686	79.762
Despesas pagas antecipadamente	3.676	1.092	5.836	3.434
Outros créditos	21.748	23.680	21.748	23.680
	<b>481.353</b>	<b>429.840</b>	<b>486.391</b>	<b>434.243</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Aplicações financeiras	5.024	5.149	5.024	5.149
Consumidores	24.263	23.132	24.263	23.132
Tributos a compensar	6.160	5.157	6.160	5.157
Imposto de renda e contribuição social diferidos	42.538	73.940	42.538	73.940
Depósitos judiciais	16.531	10.332	16.531	10.332
Diferimento de custos tarifários	54.331	68.886	54.331	68.886
Despesas pagas antecipadamente	1.225	1.247	1.225	2.326
Outros créditos	4.873	4.552	4.873	4.552
	<b>154.945</b>	<b>192.395</b>	<b>154.945</b>	<b>193.474</b>
<b>Permanente</b>				
Investimentos	940	940	940	940
Imobilizado	1.612.495	1.613.678	1.612.495	1.613.678
Diferido	21.628	21.583	21.628	31.064
	<b>1.635.063</b>	<b>1.636.201</b>	<b>1.635.063</b>	<b>1.645.682</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.271.361</b>	<b>2.258.436</b>	<b>2.276.399</b>	<b>2.273.399</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E DO CONSOLIDADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003** (Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros					
	Capital social	Ágio na subscrição de ações	Remuneração dos bens e direitos do capital próprio	Subvenção para investimentos	Reservas de reavaliação	Reserva legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Apções em tesouraria	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2002</b>	<b>784.430</b>	<b>125.161</b>	<b>6.916</b>	<b>221</b>	-	-	(215.620)	(481)	<b>700.621</b>
Constituição da reserva de reavaliação	-	-	-	-	416.421	-	-	-	416.421
Impostos diferidos sobre a reavaliação	-	-	-	-	(136.648)	-	-	-	(136.648)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(10.852)	-	10.852	-	-
Realização dos impostos diferidos sobre a reavaliação	-	-	-	-	-	-	5.587	-	5.587
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(23.158)	-	(23.158)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2003</b>	<b>784.430</b>	<b>125.161</b>	<b>6.916</b>	<b>221</b>	<b>268.921</b>	-	(222.339)	(481)	<b>962.829</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	30.752	-	30.752
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(16.951)	-	16.951	-	-
Renúncia dos acionistas preferencialistas aos dividendos fixos	-	18.000	-	-	-	-	-	-	18.000
Capitalização de parte dos dividendos fixos	-	141.714	-	-	-	-	-	-	141.714
Absorção do saldo de prejuízo acumulado de 2003	-	(222.339)	-	-	-	-	222.339	-	-
Destinação do lucro do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	1.538	(1.538)	-	-
Dividendos:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações preferenciais (por grupo de mil ações - R\$ 64,33)	-	-	-	-	-	-	(9.310)	-	(9.310)
Ações ordinárias (por grupo de mil ações - R\$ 58,48)	-	-	-	-	-	-	(36.855)	-	(36.855)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2004</b>	<b>784.430</b>	<b>62.536</b>	<b>6.916</b>	<b>221</b>	<b>251.970</b>	<b>1.538</b>	-	(481)	<b>1.107.130</b>

O valor patrimonial da ação, por grupo de mil, em 31 de dezembro de 2004 é de R\$ 1.427,77 (R\$ 1.241,68 em 31 de dezembro de 2003).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003**  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação e valor patrimonial da ação)
**1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A Companhia Rio Grande Energia S.A., sociedade anônima de capital aberto, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, autorizada a operar nas Regiões Norte e Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido constituída em 28 de julho de 1997, sob a denominação de Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica - CNNDDE, privatizada em 21 de outubro de 1997 e sua razão social foi alterada para Rio Grande Energia S.A. naquela ano.

O objetivo social da Companhia é realizar estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica e desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de energia elétrica. Atualmente, as operações da Companhia se concentram na exploração da concessão de distribuição de energia elétrica.

**2 DA CONCESSÃO**

Em 6 de novembro de 1997, a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 13/97, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão. O prazo de duração da concessão é de 30 anos, a partir da data da assinatura do contrato.

**3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras e as notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais e são elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, com as normas específicas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas aplicáveis às concessionárias do serviço público de energia elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado, atualmente, pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 4. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contábeis no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo, através da Resolução nº 444, de 26 de outubro de 2001, o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, o qual contém o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras, resultando em importantes alterações na forma de divulgação e apresentação.

**4 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

a) Práticas contábeis específicas

Registro das operações de compra e venda de energia no Mercado Atacadista de Energia - MAE - as compras (custo da energia comprada) e as vendas (receitas de suprimento) estão reconhecidas pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas pelo Mercado Atacadista de Energia - MAE.

Conta de compensação de variação de itens dos custos não-generacionais (parcela "A") - CVA - está representada pela parcela de variação dos custos com a distribuição de energia elétrica definidos pela ANEEL como não-generacionais e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia. Essas parcelas são atualizadas com base na taxa de juros SELIC até a data do balanço e apropriadas ao resultado consoante o faturamento realizado a partir do reajuste tarifário repassado aos consumidores.

Encargos financeiros e efeitos inflacionários - em função do disposto nas Diretrizes Gerais e Contábeis, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e Instrução CVM, os juros e demais encargos financeiros, incluindo efeitos inflacionários e cambiais do exercício, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, para a aplicação no imobilizado em curso, foram transferidos do resultado para custo desse ativo.

Custos indiretos de obras em andamento - mensalmente, parte dos gastos da Administração Central é apropriada às imobilizações em curso, mediante rateio dos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, e registrada nas obras em curso.

b) Práticas contábeis gerais

Aplicações financeiras - incluem aplicações financeiras de renda fixa que são registradas ao custo, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço e reduzido ao valor de mercado, se necessário.

Consumidores e revendedores - as contas a receber incluem os valores faturados e a receita referente à energia fornecida e não faturada.

**6 CONSUMIDORES E REVENDADORES**

	Saldo				Provisão para devedores duvidosos				Saldo líquido					
	Vencidos		Vencidos há mais de 90 dias		Total		Total		Vencidos		Vencidos há mais de 90 dias		Total	
	Vencidos	até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003
<b>Consumidores</b>														
Residencial	38.727	15.742	6.312	60.781	61.790	(2.569)	(10.692)	58.212	51.098					
Industrial	28.839	10.401	15.938	55.178	46.847	(3.053)	(4.020)	52.125	42.827					
Comercial e serviços	19.680	6.910	11.541	38.131	34.934	(4.761)	(7.542)	33.370	27.392					
Rural	8.938	1.449	663	11.050	9.562	(18)	(204)	11.032	9.358					
Poder público	7.220	4.396	2.427	14.043	14.456	-	-	14.043	14.456					
Iluminação pública	11.668	4.550	29.114	45.332	38.521	-	-	45.332	38.521					
Serviço público	4.899	130	433	5.462	5.051	-	-	5.462	5.051					
Fornecimento não faturado	53.517	-	-	53.517	48.883	-	-	53.517	48.883					
<b>Subtotal</b>	<b>173.488</b>	<b>43.578</b>	<b>66.428</b>	<b>283.494</b>	<b>260.044</b>	<b>(10.401)</b>	<b>(22.458)</b>	<b>273.093</b>	<b>237.586</b>					
Revendedores	4.708	-	-	4.708	6.997	-	-	4.708	6.997					
AES Uruguaiana	16.774	-	-	16.774	16.774	-	-	16.774	16.774					
Comercialização no MAE (*)	-	-	-	-	70	-	-	-	70					
Energia livre	2.905	-	-	2.905	2.447	-	-	2.905	2.447					
<b>Total</b>	<b>197.875</b>	<b>43.578</b>	<b>66.428</b>	<b>307.881</b>	<b>286.232</b>	<b>(10.401)</b>	<b>(22.458)</b>	<b>297.480</b>	<b>263.774</b>					
<b>Longo prazo</b>														
<b>Consumidores</b>														
Residencial	1.258	-	-	1.258	625	-	-	1.258	625					
Industrial	1.659	-	-	1.659	1.163	-	-	1.659	1.163					
Comercial e serviços	1.763	-	-	1.763	1.332	-	-	1.763	1.332					
Rural	48	-	-	48	50	-	-	48	50					
Poder público	2.534	-	-	2.534	-	-	-	2.534	-					
Iluminação pública	13.399	-	-	13.399	13.157	-	-	13.399	13.157					
<b>Subtotal</b>	<b>20.861</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.861</b>	<b>16.327</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.861</b>	<b>16.327</b>					
Revendedores	3.602	-	-	3.602	6.905	-	-	3.602	6.905					
Energia livre	24.263	-	-	24.263	23.192	-	-	24.263	23.192					

\* Vide nota explicativa nº 28.

**Créditos vencidos**

- Consumidores residenciais, industriais, rurais, comerciais, serviços e outras atividades - para esses tipos de consumidores o saldo dos créditos em atraso é composto por diversos consumidores com valores individuais pequenos, sendo que o procedimento adotado pela Companhia é de após aproximadamente 45 dias da conta em atraso interromper o fornecimento de energia. O mesmo acontece e é restabelecido após a quitação dos valores em atraso.

- Poder público, iluminação pública e serviço público - para esses tipos de consumidores os créditos em atraso estão concentrados em 15 prefeituras de grandes cidades, no montante de R\$ 35.283 correspondentes a 86,2% do saldo vencido. Para os saldos a receber em atraso a Companhia vem implementando renegociações e parcelamentos, sempre condicionados aos recebimentos dos débitos vencidos. Devido à natureza destes consumidores, a Administração acredita que não haverá perdas significativas.

**Provisão para crédito de liquidação duvidosa**

Durante o ano de 2004, objetivando o controle dos níveis de inadimplência, foi implementado na Companhia o Departamento de Cobrança e Gestão de Perdas Comerciais, que neste mesmo ano, realizou um aperfeiçoamento da avaliação técnica sobre as contas a receber vencidas da empresa, bem como do processo de cobrança.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os seguintes principais critérios:

- para os casos de créditos relevantes, ou com características similares, foram realizadas análises, considerando os prazos de vencimento, histórico de perdas, experiência da administração, existência de garantias reais, renegociação dos créditos e devedores em situação de concordata ou falência;
- para os demais créditos foi constituída provisão para cada classe de consumidor, de acordo com os prazos determinados no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, cujo montante é suficiente para cobrir eventuais perdas.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003**  
 (Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) líquido por ação)

	Controladora		Consolidado	
	2004	2003	2004	2003
<b>Receta operacional</b>				
Fornecimento de energia elétrica	1.862.796	1.552.642	1.862.796	1.552.642
Suprimento de energia elétrica	27.157	22.333	27.157	22.333
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	893	619	893	619
Outras receitas operacionais	17.918	15.506	17.918	15.506
	<b>1.908.764</b>	<b>1.591.100</b>	<b>1.908.764</b>	<b>1.591.100</b>
<b>Deduções da receita operacional</b>				
ICMS	(358.132)	(299.186)	(358.132)	(299.186)
PIS	(25.007)	(25.606)	(25.007)	(25.606)
COFINS	(117.113)	(46.556)	(117.113)	(46.556)
Reserva global de reversão	(9.941)	(11.409)	(9.941)	(11.409)
Encargo de capacidade emergencial	(42.122)	(39.222)	(42.122)	(39.222)
	<b>(552.315)</b>	<b>(421.979)</b>	<b>(552.315)</b>	<b>(421.979)</b>
<b>Receta operacional líquida</b>	<b>1.356.449</b>	<b>1.169.121</b>	<b>1.356.449</b>	<b>1.169.121</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>				
<b>Custo com energia elétrica</b>				
Energia elétrica comprada para revenda	(692.883)	(592.883)	(692.883)	(592.883)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(129.487)	(75.293)	(129.487)	(75.293)
	<b>(822.370)</b>	<b>(668.176)</b>	<b>(822.370)</b>	<b>(668.176)</b>
<b>Custo de operação</b>				
Pessoal	(22.868)	(24.443)	(22.868)	(24.443)
Entidade de previdência privada	(788)	(627)	(788)	(627)
Material	(7.320)	(6.519)	(7.320)	(6.519)
Serviços de terceiros	(15.503)	(13.646)	(15.503)	(13.646)
Depreciação e amortização	(43.057)	(47.141)	(43.057)	(47.141)
Conta consumo de combustível - CCC	(56.590)	(52.610)	(56.590)	(52.610)
Conta de desenvolvimento energético	-	-	-	-
- CDE	(30.846)	(14.202)	(30.846)	(14.202)
Outros custos de operação	(6.009)	(4.305)	(6.009)	(4.305)
	<b>(182.981)</b>	<b>(163.493)</b>	<b>(182.981)</b>	<b>(163.493)</b>
<b>Custo de serviço prestado a terceiro</b>	<b>(461)</b>	<b>(379)</b>	<b>(461)</b>	<b>(379)</b>
Depreciação e amortização	(312)	(257)	(312)	(257)
Custos com manutenção	(773)	(636)	(773)	(636)
<b>Lucro operacional bruto</b>				





**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003**  
**(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação e valor patrimonial da ação)**

c) Variação capturada para reajuste tarifário em 2005  
 Os custos capturados a partir de 19 de março de 2004 estão previstos para repasse no reajuste tarifário que ocorrerá em abril de 2005.

**Ativo regulatório**  
 Em 21 de setembro de 2004, através do Ofício nº 1572/2004-SFF/SER/ANEEL, a Agência Nacional de Energia Elétrica manifestou o seguinte entendimento sobre os impactos tributários de PIS/COFINS decorrentes das Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003:

- direito líquido e certo de repasse às tarifas da concessionária;
- esses valores serão reconhecidos pela ANEEL e repassados às tarifas, após regulamentação dos procedimentos para reconhecimento de tais impactos;
- esses valores devem ser atualizados monetariamente, e após validação da ANEEL, incorporadas às tarifas, com prazo ainda a ser definido, entretanto, estimado não ser superior a três anos.

Através do ofício Circular nº 302/2005-SFF/ANEEL de 25 de fevereiro de 2005, a ANEEL definiu a forma de contabilização do ativo regulatório, decorrente da majoração das alíquotas do PIS e da COFINS. O montante reconhecido como diferimento de custos tarifários foi de R\$ 24.446 para 2004.

**9 OUTROS CRÉDITOS**

	Controladora e Consolidado			
	Curto prazo		Longo prazo	
	2004	2003	2004	2003
Aluguéis a receber .....	2.331	5.561	-	-
Alienação de bens e direitos .....	1.525	1.488	-	-
Serviços prestados a terceiros .....	5.383	4.235	4.122	4.015
Adiantamento 13º salário, férias e outros .....	935	1.592	-	-
Enquadramento residencial baixa renda .....	3.426	4.609	-	-
Encargo de capacidade emergencial .....	5.726	5.150	-	-
Reserva global de reversão .....	1.817	656	-	-
Parte relacionada .....	-	-	660	467
Outros .....	605	389	91	70
<b>Total .....</b>	<b>21.748</b>	<b>23.680</b>	<b>4.873</b>	<b>4.552</b>

**Enquadramento residencial baixa renda**

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, ampliou a possibilidade de enquadramento dos consumidores da subclasse residencial baixa renda, beneficiando-os com uma redução tarifária, conforme regulamentado pelas Resoluções ANEEL n.ºs 246 e 485, de 30 de abril e 29 de agosto de 2002, respectivamente. Dessa forma ocorreu uma redução no faturamento anual da Companhia, que foi compensado pela contabilização de uma receita de igual valor, conforme determinado no Ofício Circular nº 155/2003-SFF/ANEEL, de 24 de janeiro de 2003. O saldo a receber será compensado através de subvenção econômica custeada por recursos financeiros oriundos do Governo Federal, conforme dispõe a Lei nº 10.604 de 17 de dezembro de 2002.

**Encargo de capacidade emergencial**  
 A Resolução ANEEL nº 249, de 06 de maio de 2002, estabeleceu os critérios e procedimentos para definição deste encargo, relativo a contratação de capacidade de geração ou potência pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEe, os quais serão rateados pelos consumidores finais de energia elétrica de forma proporcional ao consumo individual verificado, não se aplicando ao consumidor residencial classificado como de baixa renda.

**Reserva global de reversão (RGR)**  
 É um fundo de reserva gerenciado pelo Governo Federal, conforme detalhado na nota explicativa nº 15, sendo este saldo a diferença entre o valor da quota anual fixada pela ANEEL e o valor devido com base nos investimentos efetivamente verificados. Após revisão da prestação anual de contas, pela ANEEL, estas diferenças serão compensadas com as próximas quotas anuais a serem fixadas.

**10 INVESTIMENTOS**

A **CONTROLADORA INTEGRAL**, Sul Geradora Participações S.A., constituída em 6 de abril de 2000, tem por objeto a participação no capital de outras sociedades e atividades de importação, exportação e comercialização de produtos agrícolas. A única operação realizada pela controlada refere-se à captação do empréstimo junto ao BankBoston mencionado na nota explicativa nº 14.

O investimento foi avaliado com base no valor do patrimônio líquido da controlada, como segue:

	Sul Geradora Participações S.A.	
	2004	2003
Quantidade de ações do capital social .....	18.001.000	1.000
Quantidade de ações de propriedade da Companhia .....	18.001.000	1.000
Percentual de participação .....	100,0%	100,0%
Aumento de capital .....	R\$ 18.000	-
Capital a integralizar .....	R\$ (162)	-
Passivo a descoberto .....	R\$ (181.591)	(163.291)
Prejuízo líquido do exercício .....	R\$ (36.138)	(49.671)
<b>Ativos na controladora</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>
Passivo a descoberto - saldo inicial .....	R\$ (163.291)	(113.020)
Aumento de investimento na controlada .....	R\$ 17.838	-
Resultado da equivalência patrimonial .....	R\$ (36.138)	(49.671)
Passivo a descoberto - saldo final .....	R\$ (181.591)	(163.291)

Em função da controlada, Sul Geradora Participações S.A., ter apurado prejuízos nos últimos exercícios, e por consequência apresentar passivo a descoberto, a controladora constitui a correspondente provisão no passivo exigível a longo prazo.

Em 15 de setembro de 2004, o Conselho de Administração aprovou a transferência de recursos para a empresa Sul Geradora Participações S.A., no montante de R\$ 18.000 para aumento de capital. O aumento de capital em questão foi realizado mediante a utilização de recursos oriundos da renúncia ao recebimento de dividendos fixos declarados e não pagos, acumulados nos exercícios de 1998 a 2003, de titularidade dos acionistas preferencialistas, os quais deliberaram sobre esta matéria, em Assembleia Geral de Preferencialistas realizada em 4 de outubro de 2004.

**11 IMOBILIZADO**

a) Composição dos saldos:

	Controladora e Consolidado			
	2004		2003	
	Custo histórico/ reavaliado	Depreciação/ amortização acumulada	Valor líquido	Valor
<b>Em Serviço</b>				
- Operação				
Intangíveis .....	24.137	(2.086)	22.051	21.677
Terenos .....	15.868	-	15.868	15.887
Reservatório, barragem e adutora .....	412	(12)	400	407
Edificações, obras civis e benfeitorias .....	16.006	(446)	15.560	15.352
Máquinas e equipamentos .....	1.129.072	(84.985)	1.044.087	1.057.821
Veículos .....	9.569	(2.163)	7.406	7.520
Móveis e utensílios .....	1.091	(282)	809	942
<b>1.196.155</b>	<b>(89.974)</b>	<b>1.106.181</b>	<b>1.119.806</b>	
- Administração				
Intangíveis .....	21.459	(4.817)	16.642	12.266
Edificações, obras civis e benfeitorias .....	398	(15)	383	390
Máquinas e equipamentos .....	11.893	(3.523)	8.370	9.839
Veículos .....	386	(84)	302	331
Móveis e utensílios .....	480	(46)	434	435
<b>34.616</b>	<b>(6.485)</b>	<b>28.131</b>	<b>23.261</b>	
- <b>Ágio na incorporação da controladora</b> .....	<b>1.120.266</b>	<b>(631.925)</b>	<b>488.341</b>	<b>504.120</b>
	<b>2.351.037</b>	<b>(730.384)</b>	<b>1.620.653</b>	<b>1.646.987</b>
<b>Em Curso</b>				
- Operação .....			78.989	43.132
- Administração .....			1.072	2.081
			<b>80.061</b>	<b>45.213</b>
<b>Total do imobilizado .....</b>	<b>1.700.714</b>	<b>1.692.200</b>		
<b>Obrigações vinculadas à concessão imobilizado líquido .....</b>	<b>(88.219)</b>	<b>(78.522)</b>		
	<b>1.612.495</b>	<b>1.613.678</b>		

**14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

	Controladora e Consolidado											
	Controladora	Índexador	2004			2003			Longo prazo			
			Circulante	Encargos	Total	Circulante	Encargos	Total				
<b>Moeda nacional</b>												
BRDE .....	IGPM	31.08.97	30.09.06	12,0	28.080	532	28.612	26.123	11.686	13.215	24.901	46.250
Fundação ELETCOEEE .....	INPC/TR	31.08.97	31.07.12	9,0	2.890	-	2.890	19.026	1.667	1.065	2.732	20.715
Consumidores .....	-	-	-	-	10.250	-	10.250	2.201	11.094	2.102	11.094	2.568
Eletrobrás .....	RGR	30.05.00	30.08.07	6,0 a 9,0	2.524	-	2.524	4.612	1.254	99	1.353	2.752
BNDES - Programa de apoio emergencial ...	SELIC	17.03.03	15.02.08	1,0	28.269	409	28.678	18.028	27.697	3.134	30.831	42.561
BNDES - FINEM .....	TJLP	15.12.99	15.09.07	3,5 a 4,5	19.250	295	19.545	69.140	15.030	2.786	17.816	48.154
BNDES - FINEM .....	UMBNDDES	15.01.05	15.01.09	4,5	-	24	24	9.390	-	-	-	-
UNIBANCO .....	CDI	16.08.04	16.08.07	2,15	-	955	955	40.000	-	-	-	-
Banco Itaú BBA .....	CDI	27.07.04	28.04.08	1,75	-	3.124	3.124	100.000	-	-	-	-
Banco Alfa .....	CDI	27.05.04	27.04.05	2,0	30.000	87	30.087	-	-	-	-	-
Banrisul .....	123,5% CDI	07.07.03	06.06.05	3,5	3.333	49	3.382	-	6.667	120	6.787	3.333
Banco Santander .....	CDI	27.07.04	23.07.07	2,0	-	608	608	18.000	-	-	-	-
Banco do Brasil .....	IRPJ	11.06.04	13.09.04	14,3	-	-	-	-	10.742	-	10.742	-
FINEM .....	TJLP	15.07.04	15.07.10	4,0	-	11	11	534	-	-	-	-
Instituições financeiras .....	117,8% CDI	30.01.03	30.12.04	-	-	-	-	-	55.393	1.066	56.459	-
					<b>124.596</b>	<b>6.094</b>	<b>130.690</b>	<b>307.054</b>	<b>141.230</b>	<b>21.485</b>	<b>182.715</b>	<b>166.333</b>
<b>Moeda estrangeira</b>												
Banco Itaú BBA .....	US\$	20.01.04	15.06.05	7,0	6.197	20	6.217	-	13.333	787	14.120	6.747
UNIBANCO .....	US\$	15.09.03	15.09.07	Libor+7,25	5.309	441	5.750	10.618	2.889	507	3.396	17.335
Operações de "swap" .....	-	-	-	-	-	5.396	5.396	7.332	-	2.651	2.651	7.165
					<b>11.506</b>	<b>5.857</b>	<b>17.363</b>	<b>17.950</b>	<b>16.222</b>	<b>3.945</b>	<b>20.167</b>	<b>31.247</b>
<b>Total controladora .....</b>					<b>136.102</b>	<b>11.951</b>	<b>148.053</b>	<b>325.004</b>	<b>157.452</b>	<b>25.430</b>	<b>182.882</b>	<b>197.580</b>
<b>Controlada</b>												
<b>Moeda estrangeira</b>												
BankBoston .....	US\$	28.08.00	27.07.05	Libor + 4,7	151.300	1.044	152.344	-	137.237	1.730	138.967	164.684
Operações de "swap" .....	-	-	-	-	-	31.034	31.034	-	-	7.836	7.836	3.014
					<b>151.300</b>	<b>32.078</b>	<b>183.378</b>	<b>-</b>	<b>137.237</b>	<b>9.566</b>	<b>146.803</b>	<b>167.698</b>
<b>Total consolidado .....</b>					<b>287.402</b>	<b>44.029</b>	<b>331.431</b>	<b>325.004</b>	<b>294.689</b>	<b>34.996</b>	<b>329.685</b>	<b>365.278</b>

TJLP: Taxa de Juros de Longo Prazo  
 UMBNDES: Unidade de Moeda do BNDES  
 TR: Taxa Referencial  
 RGR: Reserva Global de Reversão  
 IRPJ: Índice de Remuneração da Poupança  
 SELIC: Sistema Especial de Liquidação e Custódia de Títulos Públicos  
 US\$: Dólar

• BRDE - refere-se a contrato de abertura de crédito assumido pela Companhia no processo de cisão e privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE. As amortizações são mensais e como garantia foi oferecida a arrecadação de venda de energia da Companhia. Não existem cláusulas restritivas e de "covenants" financeiros para este contrato.

• Fundação ELETCOEEE - refere-se a contrato de confissão de dívida, assumido pela Companhia em decorrência do desmembramento do contrato total com a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE. As amortizações são mensais e como garantia foi oferecida a arrecadação de venda de energia. Não existem cláusulas restritivas e de "covenants" financeiros para este contrato.

• Consumidores - referem-se a convênios de devolução de valores adiantados pelos consumidores interessados no fornecimento de energia elétrica, para financiar as suas ligações, geralmente com expansão da rede de distribuição. Estes valores, até 1998, eram devolvidos em quatro anos a partir da data de conclusão da instalação, sem a incidência de juros ou atualizações monetárias. Os adiantamentos recebidos após o exercício de 1998 passaram a ser devolvidos no prazo de um ano. Não existem cláusulas restritivas e de "covenants" financeiros para estes convênios.

• Eletrobrás - tem a finalidade de financiar parcela das obras implementadas para melhoria no sistema elétrico, para a ampliação de redes de distribuição de energia elétrica, para a eficiência de iluminação pública, e para eletrificação rural e Programa de Universalização, tendo como garantia a arrecadação de venda de energia. Adicionalmente, existe restrição em pagar ou declarar qualquer dividendo, autorizar ou efetuar qualquer outra distribuição, em caso de atraso no cumprimento das obrigações previstas neste contrato. A Companhia obriga-se a não assumir, sem expressa autorização da ELETCOEEE, novos compromissos financeiros que, isolada ou conjuntamente, superem o equivalente a 5,0% de seu ativo fixo e/ou que elevem seu endividamento a nível superior a 66,0% do seu ativo fixo.

• BNDES - programa de apoio emergencial - durante os exercícios de 2003 e de 2002, foram liberados financiamentos referente ao "Programa Emergencial e Excepcional de Apoio Financeiro às Concessionárias de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica", com a finalidade de restabelecer o equilíbrio financeiro decorrentes dos seguintes fatos:

(i) financiamento correspondente a aproximadamente 90,0% dos impactos decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico, liberado em novembro de 2002 no montante de R\$ 48.885, tendo como garantia a arrecadação da venda de energia equivalente a 5,6% do faturamento bruto mensal, líquido do ICMS, e, em dezembro de 2002 o montante de R\$ 9.631, tendo como garantia a arrecadação da venda de energia equivalente a 0,4% do faturamento bruto mensal, líquido do ICMS. Não existem cláusulas restritivas e de "covenants" para este contrato;

(ii) financiamento correspondente a CVA não contemplada no reajuste tarifário de abril de 2002, tendo como garantia a arrecadação correspondente a 3,18% do faturamento mensal da Companhia. Não existem cláusulas restritivas e de "covenants" para este contrato.

• BNDES - FINEM - tem como finalidade principal o investimento na expansão e melhoria do sistema elétrico da Companhia:

(i) FINEM (período de 1998 a 2001) - as amortizações são mensais, e foi oferecido como garantia a arrecadação da venda de energia, no montante equivalente a 1,4 vezes o valor correspondente ao serviço da dívida, assim entendido como principal e juros. Adicionalmente, a Companhia obriga-se ao pagamento deste contrato, prioritariamente à distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório e de juros sobre o capital próprio. A Companhia também se obriga a manter o nível de capitalização: Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total, igual ou superior a 40,0%.

(ii) FINEM (período de 2003-2005) - as amortizações são mensais e os juros trimestrais durante a carência e foi oferecido como garantia a arrecadação da venda de energia, no montante equivalente a 1,4 vezes o valor correspondente ao serviço da dívida, assim entendido como principal e juros. Adicionalmente, a Companhia poderá realizar o pagamento de juros sobre o capital próprio ou de dividendos cujo somatório exceda o mínimo obrigatório, desde que compore ao BNDES a manutenção dos seguintes índices: Endividamento Financeiro Líquido/LAUDA ser menor ou igual a 3,0 e Endividamento Financeiro Líquido/Endividamento Financeiro Líquido + Patrimônio Líquido menor ou igual a 0,5.

• UNIBANCO - Moeda Nacional - destina-se a financiar o suprimento de recursos necessários ao pagamento de fornecedores da Companhia, com prazo total de 36 meses, sendo 18 meses de carência com encargos de 100,0% da variação diária do CDI ao mais, juros de 2,15% e amortizações trimestrais de principal e juros. O contrato exige o cumprimento de covenants financeiros, como segue:

- Dívida financeira dividida pelo EBITDA, igual ou inferior a 3,0;
- Despesas financeiras divididas pelo EBITDA, igual ou inferior a 0,4;
- Dívida financeira dividida pelos capitais totais, igual ou inferior a 3,0.

• Itaú BBA - Cédula de Crédito Bancário (CCB) - em abril de 2004 a Companhia tomou financiamento junto ao banco Itaú BBA, no montante de R\$ 100.000, tendo como finalidade o suprimento de recursos necessários à operação da Companhia. Os encargos financeiros correspondem a 100,0% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, mais juros de 1,75% ao ano. Este financiamento tem carência de 24 meses, e após este período as amortizações serão mensais. As garantias são constituídas por fianças da CPFL Energia S.A., Ipê Energia Ltda e recebíveis no montante de R\$ 38.000.

Existem cláusulas restritivas quanto à alteração ou modificação da composição do Capital Social, quanto a qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário, ou ainda a incorporação, fusão ou cisão, sem a prévia e expressa anuência do credor.

Adicionalmente, este empréstimo exige o cumprimento de "covenants" financeiros, como segue:

- EBITDA dividido pelas despesas financeiras - líquidas, igual ou maior a 1,6;
- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, igual ou inferior a 2,7.

• Banco Alfa - este empréstimo com duração de 12 meses, destina-se ao financiamento de capital de giro da Companhia com carência de principal de 8 meses, e quatro amortizações mensais, não havendo carência quanto ao pagamento de juros mensais. Foi dado como garantia aval proporcional dos acionistas. Não existem restrições ou "covenants" financeiros sobre esse contrato.

• Banrisul - destina-se ao refinanciamento de capital de giro da Companhia, sendo as amortizações de principal e juros mensais em 18 parcelas com 6 meses de carência. Não existem garantias, cláusulas restritivas e de "covenants" financeiros para este contrato.

• Banco Santander - destina-se a financiar capital de giro da Companhia com prazo total de 36 meses, sendo 18 meses de carência. As parcelas de principal e juros serão pagos trimestralmente com encargos financeiros correspondentes a 100,0% do CDI ao mais juros de 2,0% a.a. O contrato exige o cumprimento de covenants financeiros, como segue:

- EBITDA dividido pelas despesas financeiras pagas, maior ou igual a 2,0;
- Dívida financeira dividida pelo EBITDA, igual ou inferior a 3,5.

• Banco do Brasil - destina-se ao financiamento para comercialização de insumos (energia elétrica) destinados à atividade agropecuária, sendo liberado em duas "tranches" e amortização de principal e juros nos meses de junho e setembro do ano de 2004, tendo como garantia fianças bancárias. Não existem cláusulas restritivas e de "covenants" financeiros para este contrato.

• FINEP - este contrato destina-se a custear parcialmente as despesas incorridas em estudos e projetos de pesquisa e desenvolvimento para otimização do desempenho da rede de distribuição. O prazo deste contrato é de 49 meses, com carência de principal de 26 meses e juros trimestrais durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização, tendo como garantia deste contrato a arrecadação de venda de energia. Não existem cláusulas restritivas ou "covenants" financeiros sobre o contrato.

• Instituições financeiras - refere-se a financiamento do capital de giro e outras operações similares de curto prazo, tendo como garantias notas promissórias. Não existem cláusulas restritivas e de "covenants" financeiros para estes contratos.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2004 E DE 2003**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por ação e valor patrimonial da ação)

**20 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

Natureza	2004				2003			
	Remota	Possível	Provável	Total	Remota	Possível	Provável	Total
Trabalhista	1.001	3.994	5.438	10.433	4.223	7.900	1.001	5.438
Cível	15.236	50.181	5.619	71.036	4.227	28	15.236	50.181
Tributária	-	208.452	20.904	229.356	20.904	4.042	41.085	208.452
Regulatória	-	4.561	6.842	11.403	6.842	4.561	-	4.561
<b>Total</b>	<b>16.237</b>	<b>267.188</b>	<b>38.803</b>	<b>322.228</b>	<b>37.411</b>	<b>16.531</b>	<b>57.322</b>	<b>267.188</b>

Natureza	2004				2003			
	Remota	Possível	Provável	Total	Remota	Possível	Provável	Total
Trabalhista	796	3.076	4.223	8.097	4.223	6.252	796	3.076
Cível	13.997	33.027	3.395	50.419	1.900	23	13.997	33.027
Tributária	-	15.081	21.249	36.330	22.911	4.057	-	15.081
<b>Total</b>	<b>14.795</b>	<b>51.184</b>	<b>28.867</b>	<b>94.846</b>	<b>29.034</b>	<b>10.332</b>	<b>14.795</b>	<b>51.184</b>

Os processos que configuram contingências prováveis estão suficientemente provisionados, segundo avaliação constante dos relatórios dos consultores jurídicos externos da Companhia e dos administradores. No processo de análise das causas foi considerada a real configuração de contingência, avaliado o risco financeiro envolvido e provisionado os valores que provavelmente podem afetar o patrimônio da Companhia.

Dos processos em análise, constata-se a existência de causas de natureza: (i) trabalhista, (ii) cível, (iii) tributária, (iv) regulatória e (v) ambiental, das quais podemos citar o que segue: (i) o total das causas na esfera da justiça do trabalho somam 3.389 processos, os quais versam sobre direitos trabalhistas, tais como: adicional de horas extras, adicional de periodicidade, indenização por sobreaviso, reconhecimento da relação de emprego dentre outras. Do total das reclamações na justiça do trabalho, cerca de 93,8% são provenientes de ex-funcionários da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEL, os quais nunca trabalharam na Companhia ou tiveram seus contratos transferidos. Para as demais causas, 2,3% são oriundas de funcionários contratados pela Companhia e 3,9% advêm de reclamações ajuizadas por terceirizados.

(ii) as causas civis versam sobre as seguintes reclamações: danos em aparelhos causados pelas redes elétricas; ilegalidade de majoração de tarifa; pedido de indenização por corte de luz; devolução de valores pagos a maior na época do Plano Cruzado; anulação de débitos cobrados com base em recuperação do consumo; indenização por danos em geral causados na rede elétrica, entre outros. Constituem-se em um total de 2.558 ações, sendo que aproximadamente 177 são consideradas relevantes. A Companhia mantém para fins de cobertura de risco de responsabilidade civil, apólice de seguro com cobertura de até R\$ 6.000 (R\$ 6.500 em 31 de dezembro de 2003). Os montantes de perdas consideradas prováveis são de R\$ 5.619 em 31 de dezembro de 2004 (R\$ 3.395 em 31 de dezembro de 2003), entretanto, considerando os termos contratuais das nossas apólices de seguros, existem coberturas para R\$ 1.392 em 31 de dezembro de 2004 (R\$ 1.495 em 31 de dezembro de 2003), vinculadas aos respectivos montantes, razão pela qual a Companhia provisionou as perdas prováveis não cobertas pelos seguros.

(iii) dentre as principais causas tributárias, a qual a Companhia faz parte, destacamos:

\* em dezembro de 2004 a Companhia sofreu autuação fiscal da SRF, os assuntos relevantes foram:

- a) IRPJ e CSLL sobre o período anterior a alteração do prazo de amortização do ágio (vide nota explicativa nº 11.1);  
b) multa isolada pelo não recolhimento do IRRF sobre os encargos produzidos nos contratos de mútuo entre a Companhia e sua subsidiária Integral Sul Geradora Participações S.A.;  
c) PIS e COFINS sobre a atualização financeira pela SELIC, da conta de compensação de variações de preços dos custos não-gerenciáveis (CVA);  
d) IRPJ e CSLL sobre as diferenças de taxas de depreciação entre o laudo de reavaliação e as taxas ANEEL.

\* autuação do INSS sobre responsabilidade solidária relativo a prestadores de serviços em obras;

\* autuação da SRF relativo a ausência de recolhimento de multa de ofício em denúncia espontânea para pagamento de PIS/COFINS;

\* o pedido de suspensão da eficácia das decisões da SRF para considerar a dedutibilidade, para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social, dos valores relativos a complementação de aposentadoria a empregados aposentados da Companhia (beneficiários da Fundação ELETRÓCEEE);

\* cobrança da taxa de uso de solo pelas prefeituras municipais e outras autarquias estaduais;

\* não recolhimento de PIS e COFINS sobre receitas financeiras na subsidiária Integral Sul Geradora Participações S.A., através de mandato judicial com pedido de liminar, que suspendeu sua exigibilidade.

(iv) as principais causas de natureza regulatória são as seguintes:

\* o aditamento ao contrato de mútuo entre a Companhia e sua subsidiária Integral Sul Geradora Participações S.A., alterando o índice de encargos da dívida, conforme detalhado na nota explicativa nº 19, não submetidos à anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e;

\* o aval da Companhia para o empréstimo tomado pela sua subsidiária Integral, Sul Geradora Participações S.A. junto ao BankBoston, conforme detalhado na nota explicativa nº 14, não submetidos à anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

(v) os processos ambientais versam sobre eventuais cortes legais de árvores procedidos pela Companhia devido a riscos para as redes de energia e consumidores.

**21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2004 e de 2003, está representado por 775.425.823 ações, sendo 630.688.323 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e 144.737.500 ações preferenciais. A Companhia possui em tesouraria 444.837 ações ordinárias de sua própria emissão, adquiridas no exercício de 1998, pelo preço médio de R\$ 1,08 por ação. Essas ações têm por objetivo a futura alienação ou cancelamento.

A composição acionária da Companhia é como segue:

Acionistas	Ordinárias	% Preferenciais	% Total	%
Cia. Paulista de Força e Luz	423.277.558	67,1	96.491.667	66,7
Ipê Energia	205.095.210	32,5	48.245.833	33,3
V21 Participações	50.000	-	-	50,000
SBC Energia	50.000	-	-	50,000
<b>Total das ações</b>	<b>630.688.323</b>	<b>100,0</b>	<b>144.737.500</b>	<b>100,0</b>
			<b>775.425.823</b>	<b>100,0</b>

O valor patrimonial da ação, por grupo de mil, em 31 de dezembro de 2004 é de R\$ 1.427,77 (R\$ 1.241,68 em 31 de dezembro de 2003).

Em Assembléa Geral Extraordinária, realizada em 04 de outubro de 2004, foi aprovada a modificação das características das ações preferenciais, conforme quadro abaixo:

	2003		2004	
* não tem direito a voto;	-	-	-	-
* fazem jus ao recebimento de dividendo fixo e cumulativo de 13,0% a.a. sobre o preço de emissão, o qual poderá ser pago a conta de reserva de capital, nos termos da legislação societária;	-	-	-	-
* são ações resgatáveis em até 15 anos, conforme conveniência da Companhia, podendo ser utilizada verba contabilizada em reserva de capital, para o pagamento conforme previsto na legislação societária;	-	-	-	-

\* o resgate das ações preferenciais será efetuado pelo preço de emissão das ações, atualizado, desde a data de sua integralização até a data do efetivo pagamento do resgate, pela aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP acrescida de um spread de 1,5% a.a., ambos calculados *pro rata die*, deduzidos os dividendos pagos. O preço das ações atualizado até 31 de dezembro de 2003, conforme critério acima exposto, é de R\$ 551.175.

	2003		2004	
* não têm direito a voto;	-	-	-	-
* fazem jus ao recebimento de dividendo de 10,0% (dez por cento) maior que o atribuído às ações ordinárias, vinculadas a existência de lucro, a ser distribuído nos termos da legislação em vigor;	-	-	-	-
* têm prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.	-	-	-	-

Natureza	2004				2003			
	Remota	Possível	Provável	Total	Remota	Possível	Provável	Total
Residencial	805.276	790.201	1.437	1.419	584.331	506.771	-	-
Industrial	30.152	29.784	2.813	2.564	654.587	508.596	-	-
Comercial	93.873	92.916	801	766	311.821	260.535	-	-
Rural	131.300	127.775	838	810	124.377	103.379	-	-
Poder público	9.976	9.902	112	107	45.264	37.504	-	-
Iluminação pública	253	252	230	235	46.608	42.070	-	-
Serviço público	1.357	1.366	186	184	48.692	40.805	-	-
Consumo próprio	91	79	1	1	-	-	-	-
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>1.072.278</b>	<b>1.052.275</b>	<b>6.418</b>	<b>6.086</b>	<b>1.816.040</b>	<b>1.499.660</b>	-	-

Consumidores	Consumidores				GWh				R\$			
	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003	2004	2003
Residencial	805.276	790.201	1.437	1.419	584.331	506.771	-	-	53.517	48.883	-	-
Industrial	30.152	29.784	2.813	2.564	654.587	508.596	-	-	(48.883)	(35.201)	-	-
Comercial	93.873	92.916	801	766	311.821	260.535	-	-	-	-	-	-
Rural	131.300	127.775	838	810	124.377	103.379	-	-	-	-	-	-
Poder público	9.976	9.902	112	107	45.264	37.504	-	-	-	-	-	-
Iluminação pública	253	252	230	235	46.608	42.070	-	-	-	-	-	-
Serviço público	1.357	1.366	186	184	48.692	40.805	-	-	-	-	-	-
Consumo próprio	91	79	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total fornecimento energia</b>	<b>1.072.278</b>	<b>1.052.275</b>	<b>6.418</b>	<b>6.086</b>	<b>1.862.796</b>	<b>1.552.642</b>	-	-	-	-	-	-

Natureza	2004				2003			
	Remota	Possível	Provável	Total	Remota	Possível	Provável	Total
Suprimento energia	6	6	299	291	27.157	22.333	-	-
Receita pela distribuição da rede elétrica	-	-	-	-	893	619	-	-
Outras	-	-	-	-	17.918	15.506	-	-
<b>Total receita operacional</b>	<b>1.072.284</b>	<b>1.052.281</b>	<b>6.717</b>	<b>6.377</b>	<b>1.908.764</b>	<b>1.591.100</b>	-	-

Encargos de uso da rede elétrica	GWh		R\$	
	2004	2003	2004	2003
Encargos da rede básica	-	-	84.895	76.676
Encargos de transporte Itaipu	-	-	6.826	6.267
Encargos de conexão	-	-	25.395	13.547
	-	-	117.116	96.490
Variação de custos da parcela "A" - CVA	-	-	12.371	(21.137)
	-	-	129.487	75.293
<b>Total</b>	<b>7.711</b>	<b>7.300</b>	<b>822.370</b>	<b>668.176</b>

Natureza	2004		2003	
	2004	2003	2004	2003
Despesas com vendas	16.029	13.078	16.029	13.078
Pessoal	16.029	13.078	16.029	13.078
Material	774	832	774	832
Serviços de terceiros	10.569	8.658	10.569	8.658
Arrendamentos e alugueis	27	12	27	12
Depreciação e amortização	6.792	4.720	6.792	4.720
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	10.762	10.577	10.762	10.577
Pesquisa e eficiência energética	431	-	431	-
Telecomunicações e transmissão de dados	3.567	2.904	3.567	2.904
Propaganda e publicidade	-	23	-	23
Indenizações a consumidores	1.178	830	1.178	830
Outras	1.605	560	1.605	560
	51.734	42.194	51.734	42.194

Natureza	2004		2003	
	2004	2003	2004	2003
Despesas gerais e administrativas	20.261	22.422	20.261	22.422
Administradores	2.312	745	2.312	745
Material	278	354	278	354
Serviços de terceiros	14.110	9.940	14.137	9.940
Arrendamentos e alugueis	2.793	1.788	2.793	1.788
Depreciação e amortização	6.007	5.283	6.007	5.283
Investimentos em cultura	3.051	4.587	3.051	4.587
Taxa de fiscalização ANEEL	2.084	1.889	2.084	1.889
Pesquisa e eficiência energética	3.762	4	3.762	4
Provisão para contingências	7.343	2.413	7.343	2.413
Telecomunicações e transmissão de dados	1.991	1.166	1.991	1.166
Seguros	966	574	966	574
Propaganda e publicidade	1.170	1.307	1.170	1.307
Outras	1.972	1.399	1.972	1.400
	68.910	53.871	68.937	53.872
Amortização do ágio	15.779	112.027	15.779	112.027
<b>Total</b>	<b>136.423</b>	<b>208.092</b>	<b>136.450</b>	<b>208.093</b>

Natureza	2004		2003	
	2004	2003	2004	2003
Receitas financeiras	10.528	6.571	10.528	6.571
Renda de aplicações financeiras	23.410	18.198	23.410	18.198
Acrescimos monetários	1.565	2.714	1.565	2.714
Variáveis monetárias	1.392	1.329	1.392	1.329
Outras	36.895	29.352	36.895	29.352
<b>Total</b>	<b>36.895</b>	<b>29.352</b>	<b>36.895</b>	<b>29.352</b>

Natureza	2004		2003	
	2004	2003	2004	2003
Despesas financeiras	(65.442)	(101.861)	(69.829)	(80.694)
Encargos de dívidas	(65.442)	(101.861)	(69.829)	(80.694)
Despesas bancárias	(1.949)	(1.331)	(1.949)	(1.331)
Variáveis monetárias	(14.031)	(16.939)	(14.031)	(16.939)
Variáveis cambiais	-	-	(9.481)	(18.100)
Operações de "swap"	(4.719)	(4.438)	(26.650)	(55.222)
CPMF	(9.107)	(6.359)	(9.745)	(6.986)
Outras	(4.715)	(5.248)	(4.389)	(6.574)
<b>Total</b>	<b>(99.963)</b>	<b>(136.176)</b>	<b>(136.074)</b>	<b>(185.846)</b>
<b>Despesas financeiras - líquidas</b>	<b>(63.068)</b>	<b>(106.824)</b>	<b>(99.179)</b>	<b>(156.494)</b>

Natureza	2004		2003	
	2004	2003	2004	2003
Receitas não operacionais	356	637	277	-
Ganhos na alienação de bens e direitos - imobilizado	356	637	277	-
Ganhos na desativação de bens e direitos	824	31	824	31
Outras receitas	1.457	668	1.457	668
<b>Total</b>	<			